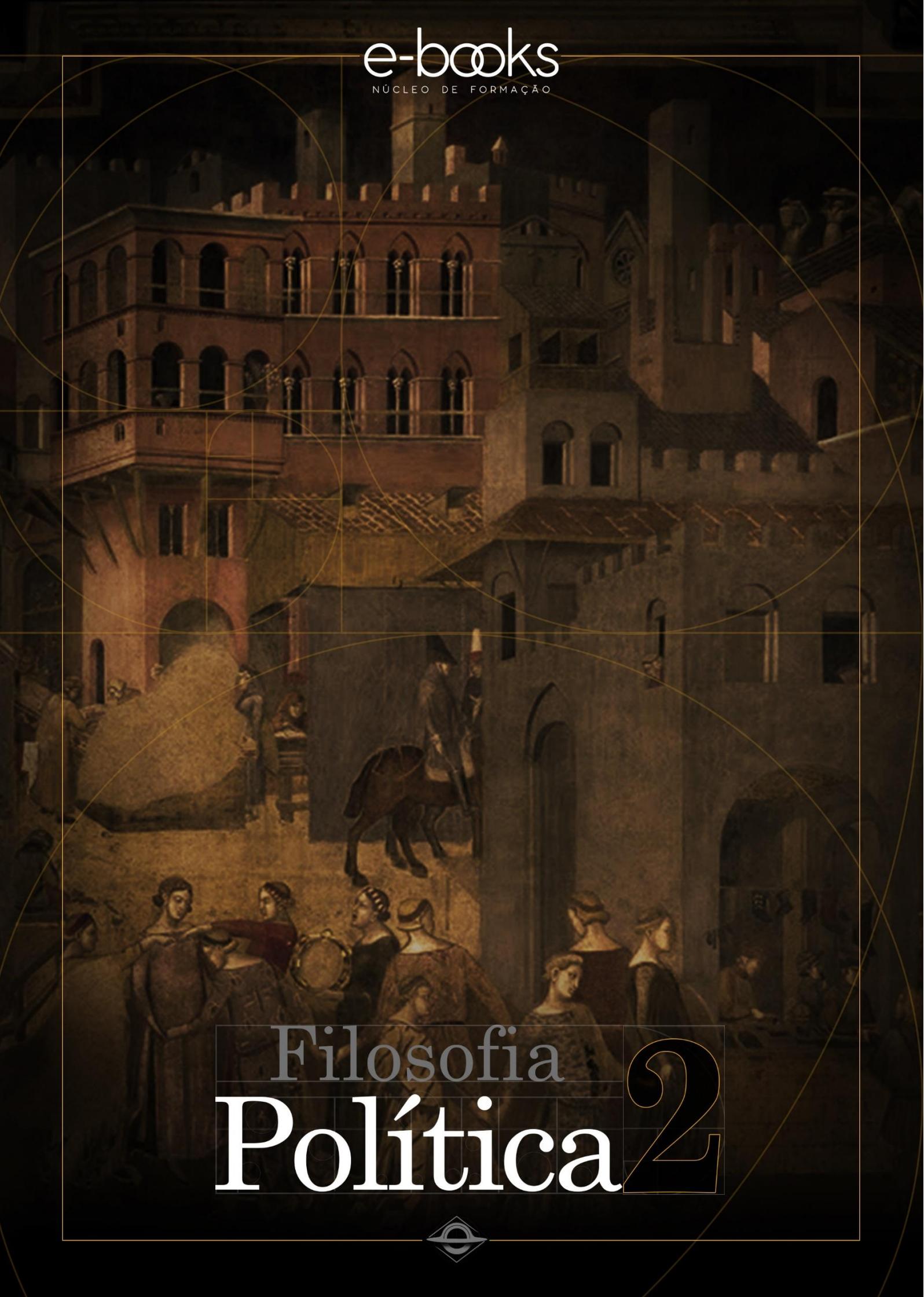


e-books

NÚCLEO DE FORMAÇÃO



Filosofia
Política 2



0.1 Introdução

A articulação entre Antropologia, Sociologia e Ciência Política depende de **duas chaves de conexão**. A primeira é a **Linguagem**, que é a simbolização da Ordem, e a segunda é a ideia de **Representação Política**.

Na aula anterior, foi examinada a maneira como inteligimos a simbolização da Ordem, ou seja, a Ordem da nossa Inteligência, Atinência, Consciência, Vontade e Memória e como relacionamos o mundo interno com o externo através da Linguagem. Nesta aula analisaremos como a Ordem é manifesta para os seres humanos em sociedade e individualmente através ideia de Representação.

A palavra **Representação** é uma junção do Latim *repraesentare*, ou seja, tornar aquilo que queremos representar presente de algum modo.

Encontramos uma imensa dificuldade ao falar em Ordem porque o modo de acesso que temos determina o modo como ela é manifestada em nós e para nós. Se, na primeira aula, soubemos como inteligimos os predicados de como a Ordem se expressa, nesta aula veremos a direção inversa, isto é, como a Ordem manifesta esses predicados através da Representação. Para tanto, existem três modelos primários de Representar a Ordem, isto é, de torná-la presente para nós – e que dependem da maneira como algumas coisas expressam essa Ordem. São eles: **Instituições, Seres Humanos e Liturgia**.

1.1 Instituições

A palavra instituição (Latim: *institutiōne*) é aquilo que institui algo. No caso, é aquilo que institui o predicado da Ordem em um campo específico. **E, se aquilo que institui o predicado da Ordem em um âmbito específico assim o faz, é porque a Instituição que o faz torna a**

Ordem presente, ou seja, representa a Ordem naquele campo específico.

Toda Instituição tem um caráter representativo e o tem por que ela torna presente uma Ordem que lhe é anterior e subjacente. A instituição escolar, por exemplo, torna a Ordem pedagógica dos estudos da formação humana presente para uma conjuntura de seres humanos. Quanto a Instituição familiar, ela torna a Ordem atinente à conservação da espécie presente para um grupo restrito de seres humanos. Assim como a Instituição política expressa e representa a Ordem de um campo mais amplo de ações e relações humanas – e que são predicções dessa Ordem no âmbito interior dessas Instituições.

Uma Instituição concreta certos predicados da Ordem num âmbito específico de ações, abstenções e relações humanas. Ela promove essas relações humanas e solicita que os seres humanos se abstenham de promover outras formas de relações. Existem atos humanos e abstenções humanas que são julgados segundo a predicação dessa Ordem dentro de um campo específico de concreção e atuação de uma Instituição. Para tanto, as Instituições desenvolvem e desempenham essa função representativa, ou seja, a natureza representativa está em primeiro lugar.

1.2 Seres Humanos

A segunda substância que também representa a Ordem é referente a determinados seres humanos na História. **Alguns seres humanos desempenham o papel de Representação da Ordem, uma representação que é em parte e unipessoal.** Poderíamos usar como exemplo **os Imperadores romanos** que eram tomados como deuses. Eles **tinham uma função representativa porque, como “os deuses que eram”, representavam uma Ordem que era neles manifesta.** Assim sendo, a manifestação da Ordem é, sob certo aspecto, cataclísmica neles.

Também possui uma espécie de vazão social, porque a Ordem é representada neles de um modo pessoal **e eles se destacam como o elo civilizatório na sociedade. A sociedade vê neles a imagem de seu estado de perfeição inatingível e inalcançável.**

1.3 Liturgia

A terceira noção que representa a Ordem é precisamente uma conjuntura de procedimentos que manifesta substancialmente a Ordem, porque o caráter representativo que esse procedimento traz manifesta não a expressão de um predicado da Ordem senão a manifestação da Ordem como um todo em um contexto particular – que é o que vamos chamar de Liturgia.

O elo litúrgico presente em praticamente todas as civilizações da Antiguidade não é outra coisa senão que a Representação da Ordem num contexto local específico. **A Liturgia é a representação da Ordem num contexto particular, de modo que a Liturgia que está presente tanto nas tradições pagãs da antiguidade como nas tradições reveladas e em outras tradições religiosas, manifesta esse veículo procedimental da Ordem em um lugar específico.** Ao seguir certos ritos, um certo itinerário, alcança-se a Ordem, mesmo que de um ponto de vista particular, ainda que seja a Ordem que se expressará no indivíduo.

Existem liturgias seculares que tentam expressar de um modo artificial uma Ordem que, do ponto de vista simbólico, é precária e paupérrima, mas que representa uma busca da Ordem de alguma maneira. Um exemplo que demonstra o caráter do nosso tempo: Confraria de Cervejas. A ideia do *confrater* é a busca de um vínculo que, mesmo por algo banal que é o ato de tomar uma cerveja, manifesta uma espécie de Liturgia que representa a busca da Ordem, a busca de certos vínculos. Como os vínculos com o Sagrado foram perdidos, se substitui a

isso um novo ídolo que é a cerveja, e uma nova Liturgia para fazer alusão a cerveja que é a Confraria dos Cervejeiros.

2.0 Mistério

As Instituições, os Seres Humanos e os Procedimentos Litúrgicos são os três modos de representação da Ordem em contextos sociais e humanos. Também são amostras do estado de coisas no qual estamos inseridos na vida moderna e contemporânea. Quem hoje são os deuses da Modernidade? São figuras públicas como um *popstar* que tem um poder quase absoluto de decidir a desgraça ou a plenitude de certos seres humanos. Por exemplo, um artista do pop ou rock mundial recebe um adolescente em seu camarim, certamente ele mudará a vida daquele adolescente, pois este vê nele um deus. E quanto mais inalcançável, maior o poder porque suscita o Mistério.

De modo que dentro dessas três acepções, o grau de persistência, estabilidade e permanência histórica dependerá do grau de Mistério que eles possuam. Quanto mais Mistério compor o horizonte de uma Liturgia, Instituição e Pessoa, maior é a sua capacidade de Representação da Ordem perante um contexto social e civilizatório singular.

A coroação dos reis e rainhas no sistema monárquico inglês, na Abadia de Westminster, por exemplo, expressa uma série de elementos Litúrgicos que são altamente misteriosos, o que garante o aspecto inatingível da Monarquia.

2.1 Homo Sacer

O modo como Instituições, os Seres Humanos e os Procedimentos Litúrgicos vão se articular dependerá do modo como cada contexto civilizatório vai vislumbrar a Ordem segundo as suas predicções. E por que **as Instituições desempenham uma espécie de precedência em**

relação as outras duas? A organização das Instituições será tanto quanto sucedânea dessa manifestação da Ordem quanto seja a sua organização segundo funções representativas correspondentes.

Do ponto de vista histórico, portanto, as Instituições que mais duraram em termos de representação da Ordem são aquelas que lidaram melhor com alguns Seres Humanos e alguns Procedimentos Litúrgicos numa espécie de separação por destacamento, ou seja, **como algumas Instituições promoveram a separação de alguns Seres Humanos para o desempenho de funções diretamente atreladas a essa compreensão da Ordem. Isso é o que Antiguidade se chamava a figurado *homo sacer* – o homem sagrado –, o homem que é destacado da sociedade para o desempenho de funções representativas dessa Ordem – como no caso dos sacerdotes, ou do Papa dentro da Católica. Essa figura destacada e separada envolve-se de um modo mais profundo com a Ordem para fazer do seu sentido de vida o sentido da Ordem como tal, e não um predicado da Ordem. Ou seja, a Ordem atua decisivamente como sentido da vida desse alguém que é separado do resto e que, dentro de uma Instituição específica que expressa essa Ordem, desenvolve uma série de atividades litúrgicas para garantir a permanência e a conservação dessa mesma Ordem expressa em um contexto civilizatório.**

2.1.1 Sacerdote X Homem Político

O grau de separação desse sacerdócio é absoluto, diferente da separação e destacamento do homem político, o que implica num destacamento relativo e não absoluto. O político é um sacerdote civil, ou um sacerdote secular que desempenha algum sacerdócio porque é destacado do resto. Este destacamento, contudo, é relativo porque, **diferente do sacerdote – cujo vínculo é direto com a Ordem –, o sentido da sua vida depende de uma conexão direta com a sociedade**

como mecanismo final de expressão da Ordem. Ou seja, no caso do sacerdote, não existe um desprezo pela sociedade, existe uma atenção absoluta que é dada à Ordem a despeito do que é o elemento social. No sacerdócio relativo – que é a representação política –, o ser humano político tem como finalidade de suas ações e abstenções, o Bem que articula a Ordem e a sociedade, de modo que a sua função sempre será ativa e simultaneamente analógica, porque ao perseguir a Ordem ele persegue o Bem da sociedade e ao perseguir o Bem da sociedade, ele persegue a Ordem. É sempre uma perspectiva analógica em que o Ser se apresenta como o Bem e o Bem da Ordem é o fim da vida política. Portanto, a representação não é a da Ordem *simpliciter*, ou absolutamente considerada, mas da Ordem manifesta na sociedade, de modo que ele é representante da Ordem social, ou da sociedade segundo a sua Ordem.

A Instituição dentro da qual desenvolvem essas tarefas é uma Instituição de caráter civil expressiva, já as instituições políticas são instituições representativas da Ordem, mas da Ordem *secundum quid*, isto é, da Ordem na sociedade.

Qual é, portanto, a função do Ser Humano e da Liturgia nesses processos? **Do ponto de vista do Ser Humano, distinguir o modo como ele representará a Ordem e, do ponto de vista da Liturgia, lidar com a relação necessária entre o Eterno e o Temporal. As Instituições sacerdotais são aquelas que têm alusão Litúrgica ao Eterno – que é a Ordem –, enquanto as Instituições políticas procuram, de modo mitigado e precário, manifestar essa Ordem no âmbito concreto de Existência humana, segundo o qual não há sociedade sem Representação.**

É impossível uma sociedade humana sem Representação. **Toda ideia anárquica é uma ideia que vai de encontro com a natureza e a condição humana, porque ela ignora os aspectos particulares da condição humana na Ordem social.** Por isso, o que as Instituições representativas fazem é viabilizar duas coisas. Primeiro, elas viabilizam ao

ser humano um modo de vida que se sustenta precisamente porque, na medida que o eu encara como “um eu que vive como nós, e conosco forma o todo, eu me identifico dentro de um contexto que me abarca e manifesta num primeiro grau a Ordem para mim. **O modo de inteligir ou de intelecção desse predicado da Ordem na minha vida passa pelo modo como eu encaro a mim mesmo na sociedade.** Só a sociedade é, portanto, só a nós e eu, porque há um todo que expressa a Ordem que são as Instituições representativas sem as quais não sou capaz de entender a mim mesmo. E, de acordo com isso, o tempero das Instituições representativas, trará para mim a busca da Ordem mediante um segundo aspecto”.

Esse segundo aspecto é o investigativo. **Para entender a Ordem, eu tenho que entender as Instituições, porque essas manifestam para mim a Ordem concreta.** O meio de fazê-lo é uma coisa chamada Ciência Política. **A Ciência Política é o estudo da forma existencial mediante a expressão da Ordem. Ela tenta sondar o modo como as Instituições representativas representam a Ordem para mim e como representam a mim para a Ordem.** No fundo, todo o raciocínio analógico que forma a Liturgia da política, os processos que formam as Instituições representativas no âmbito de uma *polis* – de uma comunidade política –, dependem da maneira como a Linguagem dessa Liturgia expressará o modo como eu compreendo a mim mesmo na sociedade e o modo como a sociedade compreende a si mesma em mim. **Essa conexão analógica entre o eu e o nós se manifesta no Todo, que é a Ordem e a sua expressão institucional.**

2.3 Gnose

Como perverter essa Harmonia existente entre as Instituições representativas e o Todo – “que somos o nós e eu”? **Perverte-se isso quando alguém, no desempenho das suas funções representativas,**

faz-se de único vínculo com a Ordem segundo uma pré-ciência divina. Este é o lado político profundo da Gnose.

No exercício das funções representativas, há um limite entre o conhecimento da Ordem e a visão da Ordem. O conhecimento da Ordem é um conhecimento intelectual da Ordem e, portanto, um conhecimento do conceito da Ordem. Outra coisa completamente diferente é a crença irracional e indevida de que “eu estou vendo a Ordem”. Desde o momento em que “eu acredito que eu esteja vendo a Ordem”, instauramos uma patologia nas Instituições representativas que, agora, segundo um juízo avaliativo errado, irão estabelecer um regime que é contrário à política, porque é contrário à Representação dessa Ordem – que é o regime impolítico.

O regime impolítico é contrário à Política porque ele instaura uma patologia política. Assim como para a ordenação dos atos humanos são necessárias distinções internas às faculdades humanas que permitam alguém inteligir adequadamente a Ordem, sabendo os seus limites, na Política essa exigência se transpõe para o âmbito institucional, como a melhor organização das Instituições políticas promoverá uma maior expressão da Ordem. **Quando alguém, investido de uma função representativa, crê ter visto a Ordem e expressá-la melhor do que todas as demais Instituições e todas as demais pessoas, e todas as demais Liturgias, o que esse alguém faz? Incorre desde um ato gnóstico seu, numa patologia política profunda – que é semelhante a patologia psíquica que deforma a capacidade cognitiva de alguém dotado de uma visão gnóstica – que é a de ver a sociedade segundo a sua imprecisa ótica.**

O resultado da filosofia de Thomas Hobbes cai nisso.

2.3.1 Totalitarismo

Como garantir uma saudável função representativa – seja sacerdotal ou política? É valer-nos dos recursos linguísticos empregados na simbolização da Ordem e, ao valer-se deles, julgar adequadamente as decisões constituintes da Ordem segundo o emprego linguístico correspondente e necessário. Saber que uma Metáfora não cai num discurso analítico, saber que uma Parábola não explicita um juízo que é meu, saber que uma Alegoria não é a expressão de uma visão totalitária de alguém, mas que a noção de Ordem é sempre aberta e indeterminada para a nossa Inteligência.

Na medida em que abduco dos recursos linguísticos que expressam a simbolização da Ordem, não sou mais capaz de participar adequadamente da Ordem e, conseqüentemente, o resultado imediato disso será uma visão gnóstica da Ordem, que, por sua vez, gerará uma visão patológica do mundo e da política. E esta é a fundamentação epistemológica dos regimes totalitários. Quando um sacerdote ou político sabem exatamente o lugar adequado desses recursos políticos, eles estão mantendo a compreensão da Ordem como uma compreensão aberta ao ilimitado e ao infinito, porque eles reconhecem as limitações do intelecto ao expressar as coisas. **Quando um representante reconhece a estatura epistemológica desses recursos linguísticos, ele está reconhecendo a sua incapacidade perante uma Ordem que é muito superior e abrangente do que seu intelecto é capaz de conhecer. Por outro lado, se ele acredita que, a despeito dos recursos linguísticos, pode conhecer a Ordem totalmente, ou está supondo uma atitude judicativa do intelecto – que não corresponde à Verdade, atinente a sua Inteligência –, ou reconhece a ignorância, ou insiste nisso e faz do mundo uma imagem distorcida do que está na sua mente – como no caso de Hitler, Stalin, Mao.**